

ENTREVISTA



Delegado PJC/MT Anderson Garcia

Entrevistado por Sebastião Carlos Rodrigues da Silva e Enzi Cerqueira de Almeida Júnior

RESUMO BIOGRÁFICO

Anderson Aparecido dos Anjos Garcia, atual Diretor Geral da Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso é bacharel em Direito pela Universidade de Guarulhos (SP). Possui pós graduação em Gestão de Segurança Pública e pós graduação em Administração com ênfase em Inteligência de Segurança Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso. Atuou na Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Veículos Automotores entre os anos 1998 e 2000, criou o Grupo de Combate ao Crime Organizado (GCCO) e foi delegado chefe da Inteligência da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso entre 2001 a 2010. Anderson Garcia foi Secretário Adjunto de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança Pública.

RHM: Diretor como o senhor avalia a missão constitucional da Polícia Civil e a importância de suas ações no contexto da segurança pública?

Acredito que acabou esse sistema de recuperação, essa faixa entre a investigação criminal propriamente dita e a grande ação em prol da segurança pública, porque a partir do momento que você tem uma boa investigação, um pessoal bem preparado, provas robustas, sejam elas objetivas, subjetivas ou complementares, não importa. A partir do momento que você tem isso, você consubstancia, você dá base para que o juiz possa condenar aquele infrator da lei. A partir do momento que a pessoa é condenada, você mostra à sociedade que o Estado tem aquela organização, e mostra que se você cometer um crime será punido. Logo, você traz esse benefício psicológico, até mesmo nesse sentimento de insegurança social para o cidadão. Então, a importância da ação da Polícia Civil na segurança pública poderia também resumir nessa questão, fazer parte de toda essa cadeia da percepção criminal.

RHM: Qual a importância da gestão administrativa atual na Polícia Judiciária Civil?

Bem nós recebemos a Polícia Civil com algumas deficiências. É óbvio que ainda temos algumas deficiências, estamos tentando solucionar, dentre uma delas era justamente essa falta de informação gerencial e isso trazia, às vezes, uma tomada de decisão inapropriada. Não por falta de competência do gestor, não é isso, mas a falta de informação qualificada, aquela que ele possuía e que às vezes levava a tomar uma decisão de certa forma equivocada. Então, diante desse cenário umas das primeiras medidas que fizemos foi a implantação do que chamamos hoje de sistema GEA - Gestão, Controle e Rotinas Administrativas e Operacionais da Polícia Civil de Mato Grosso.

O sistema GEA engloba alguns módulos, então temos os módulos administrativos e o módulo operacional, este último voltado à atividade fim. O módulo administrativo é o que interessa para falar de gestão administrativa na nossa gestão aqui.

Esse módulo administrativo me permite acompanhar toda a instituição Polícia Civil aqui do meu computador. Eu sei agora, quantos servidores eu tenho lotado em cada unidade nas 192 unidades policiais, quantas viaturas disponíveis, o poderio bélico de cada unidade policial, com quantidade e o tipo de armamento. Permite controlar a estrutura predial, possibilitando a avaliação do estado de conservação, se necessita de reforma. Informação atualizada do quantitativo de servidores, tudo isso o sistema GEA me facilita. Isso permite a transparência na gestão. E todos os delegados em cargos de direção tem acesso às informações disponibilizadas. Essa ferramenta facilita a gestão e a deixa transparente, traz uma liberdade para você poder conversar com as pessoas e verificar essa distribuição.

Hoje eu acompanho a produtividade da Polícia Civil, mensalmente também através dessa tecnologia. Temos o BEM eletrônico (Boletim Estatístico Mensal). Desenvolvemos o boletim estatístico mensal via web, então, por um computador, eu sei se o delegado titular da delegacia de Apicás (MT) olhou a produtividade dele ou não, e se não olhou eu vou cobrar dele. Eu vou falar: Porque que você não olhou sua produtividade? Como é que está isso aí? Quantos boletins de ocorrências vocês fazem por mês? Quantos boletins receberam da nossa co-irmã Polícia Militar? Quantos APFD (flagrantes) vocês lavraram? Quantas pessoas foram presas? Tudo isso consigo administrar daqui.

A gestão é fundamental para que você consiga dar meios às unidades policiais mais carentes. Você consegue verificar essa necessidade, consegue otimizar de uma forma mais racional os seus recursos humanos e materiais, pois sabemos que a Polícia Civil tem grande deficiência nesses dois quesitos, sejam recursos humanos ou materiais.

Hoje a Polícia Civil trabalha com menos de cinquenta por cento do seu efetivo ideal, então temos que procurar uma forma de amenizar e minimizar esse problema. E isso só é possível pelo viés administrativo, buscando alternativas, elencando prioridades e sabendo a forma como você vai gerir, essa que é a grande importância da gestão administrativa na Polícia Civil.

RHM: Quais os avanços, conquistas e o legado que a Polícia Civil alcançou nesses últimos anos?

Foram vários. Muitos, mas muitos mesmo. Só vou falar de dois anos para cá. A primeira coisa que eu julgo importantíssimo de legado, é a importância de confiabilidade social, não que a sociedade confia mais na Polícia Judiciária Civil, não é isso. Mas na pesquisa de vitimização, promovida pela Secretaria de Segurança Pública em 2011, apontou um alto grau de confiabilidade perante a Polícia Judiciária Civil e também à Polícia Militar. Os dados apontavam para algo em torno de 70 por cento dos entrevistados. Então, esse trabalho todo que foi feito e que veio feito nesses últimos anos traz essa credibilidade social isso é muito importante pra instituição pra força policial. Essa credibilidade, esse legado que a gente tenta construir cada vez mais que é dar credibilidade, promover a aproximação social.

Outra conquista que tivemos foi o nosso planejamento estratégico denominado PJC+10 que é uma alusão ao MT+20. Preparando o “terreno” para a realidade de 2022, e não a Polícia Civil pra agora, pra daqui um ano, dois anos. Nós já estamos visualizando e trabalhando pra quando chegar em 2022, estarmos com a instituição que almejamos e desejamos. Isso é trabalho muito difícil. Teve participação de todos os setores da Polícia Civil, seja investigador, escrivão e delegados, atividade meio que temos. Todos foram ouvidos, todos colaboraram para essa edificação, então esse legado é importantíssimo.

Outro legado importantíssimo é o resgate da nossa imagem institucional e voltar as nomenclaturas originais. De primeiro Distrito Policial, Primeira Delegacia de Polícia, segunda, terceira. Algo que a Polícia Civil perdeu nos últimos anos e que precisamos resgatar. A questão da circunscrição territorial, exemplo do bairro do CPA, o bairro do CPA é o bairro mais populoso que temos na capital e a Polícia Judiciária Civil não possui nenhuma delegacia. Você acredita nisso? Nem uma delegacia! Não sei se quantos batalhões a Polícia Militar tem, mas a Polícia Civil não tem nenhuma. Como que um bairro com mais de 100.000 habitantes não tem essa assistência? Se o cidadão tem seu bem roubado ou furtado, tem que deslocar ao centro da cidade para registrar o boletim. O Estado que tem que ir até a população e não o contrário.

Então a perda dessa circunscrição territorial foi uma grande lacuna, que temos encontrado hoje, então já temos um planejamento que com a implantação das

RISP e das AISP da Secretaria de Segurança Pública na tentativa de resgatar essa circunscrição territorial em prol da sociedade para que ela ao menos faça o boletim de ocorrência e tenha a investigação propriamente dita mais próxima dela ali naquele bairro.

Essa questão da imagem institucional ela está intrinsecamente ligada a isso. As cores de nossa viaturas, já estamos padronizando, para que tenha as cores da Polícia Civil. A Polícia Civil é um órgão de Estado, não é do Estado! Ela não é de governo, nem do governo. Ela é de Estado! É assim que temos que ser encarados, porque senão você começa a ficar meio que alijado das funções, você fica um pouco preso, então são essas conquistas.

Conseguimos o laboratório de lavagem de dinheiro, nas questões de crimes de alta complexidade, hoje em dia a Polícia Civil não se preocupa só em deter, identificar e prender os ladrões, não é só isso. Nos crimes de organização criminosa ou de alta complexidade, nosso interesse é identificar, prender e resgatar os ativos provenientes da prática do crime. Então hoje nós temos um laboratório de lavagem de dinheiro instalado, outro grande avanço e legado que vamos deixar, dentro do sistema GEA.

RHM: Qual a perspectiva do Diretor Geral da Polícia Judiciária Civil para a instituição nos próximos anos?

Olha umas das coisas que eu entendo necessária, é que nós temos que ter e espero que aconteça é a autonomia nas nossas ações. Precisamos ter efetivamente a autonomia institucional, uma instituição de Estado, ela tem que ter a sua autonomia financeira, a sua autonomia administrativa e a sua autonomia operacional.

Isso não significa que a instituição vai ser um órgão autônomo livre de políticas públicas, não é isso! A política pública ela é do governo, então a instituição ela pode ser autônoma, mas está vinculada tecnicamente às políticas públicas e implantadas pela União ou pelo Estado. Mas a sua gerência, a sua administração ela tem que ter autonomia. A Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso tem que ter essa autonomia.

Eu sonho com uma Polícia Civil, estritamente técnica, altamente especializada. Eu sonho com a Polícia Civil que respeite integralmente os direitos humanos dos cidadãos porque a partir do momento que você começa a enxergar o ser humano, a pessoa, o seu comportamento muda, ele muda. Não significa passar a mão na cabeça do bandido, não é isso não, bandido tem que ir para cadeia. Ele tem que retribuir o erro que ele cometeu, mas o respeito aos direitos humanos isso é inerente da pessoa. Então, eu sonho com isso sim. Acredito que estamos no caminho certo. Caminhamos a passos largos pra isso, mas ainda não alcançamos a excelência, temos que trabalhar mais e cada vez mais para tornar isso uma realidade.

Eu sonho com uma Polícia Civil autônoma, voltada com uso tecnológico, estritamente científica com pessoas altamente qualificadas, instituição reconhecida pela sociedade e respeitada pelo governo, respeitada pelos próprios integrantes.

O cidadão, ao necessitar dessa polícia, tem que ter à sua disposição mecanismos, recursos suficientes para seu atendimento da melhor forma possível. A sociedade não pode esperar e ficar refém desse atendimento. Exemplo do que aconteceu com o “caso do Tiago”. Vocês viram que o cara falou? Que entrou em contato com o Ciosp e não atenderam, entrou em contato com a Marinha e não atenderam, entrou em contato com os Bombeiros e não atenderam. Ele estava postando numa rede social, agora se ele fez eu não sei, mas que ele falou isso, falou. Poxa, mas se ele entrou contato, ele está pedindo socorro. Ele vai bater na porta de quem? Então somos omissos?

Não é essa a polícia que merecemos! A mesma coisa ocorre com a gente. A pessoa e vítima de roubo bate à nossa porta e não temos como atender por falta de viaturas! Essa resposta é descabida ao cidadão, temos que fazer e pronto! Tem que haver o atendimento e as condições para que isso ocorra normalmente.

RHM: Um tema que tem acalorado muitas discussões, na proposta de mudança de atuação das polícias brasileiras é a unificação das policiais Militar e Civil. Qual seu posicionamento a respeito?

Tivemos um encontro nacional de delegados de polícia em Caldas Novas-GO e travamos discussão sobre a carreira dos delegados de polícia e foi unanimidade o posicionamento favorável a essa unificação, isso naquela época. Pela discussão e

onde se chegou com ela, eu sou a favor! Não sou contra não a unificação. Eu penso que tudo que vier para melhorar a segurança pública ao cidadão é bem-vindo, porque nós somos cidadãos, antes de sermos policiais. E agora, como policiais, somos cidadãos responsáveis por eles. Então, aumentou a nossa responsabilidade, mas continuamos sendo cidadãos. Tudo que vir para melhorar a Segurança Pública eu sou a favor. É o meu posicionamento. Não falo nem em integração, é unificação mesmo. Unificar é essa a tônica, não dá pra se falar em Segurança Pública, em duas segmentações de ações, dois modos de agir, uma polícia que começa e outra que termina, ela tem que ser única. Eu posso ter instituições diferenciadas, pode ser departamentalizada, mas sempre única. Hoje quando se investe em viaturas adquire uma para Polícia Militar e outra para Polícia Civil, compra-se 10 rádios HTs, 5 tem que ser para PM e outros 05 para Civil. Aí começa a briga, os desentendimentos e isso vai desaguar na sociedade. Não tem sentido essa separação e com a unificação quem ganha é o cidadão. Sou a favor da terceira via, que seria mais ou menos assim: A partir de hoje esquece Polícia Militar e esquece Polícia Civil, isso não existe mais. O que existe é a polícia de Estado, sentamos à mesa e departamentalizamos essa estrutura.

E essa estória de que há muitas polícias no Brasil é estória mesmo. Veja os Estados Unidos, eles têm mais de 5 mil polícias. Tem Polícia de Aeroporto, Polícia Marítima. Cada condado que é praticamente um município tem a sua polícia autônoma. Então, o problema que está residindo no Brasil, na minha visão de polícia, não é isso. É que ao nível de Estado temos duas polícias: a Militar e a Civil, cada uma com sua atribuição, porém ocorre uma invasão de competência de ambas as partes, tanto pra lá quanto pra cá, aí não dá certo, não funciona. É aí que principia essa briga. Se cada município tiver sua guarda municipal qual é o problema? Desde que funcione. Agora o Estado que é um ente imaginário, ele não existe. O que existe são os municípios, as pessoas vivem em municípios. O Estado que é essa organização geopolítica e só isso, criou duas polícias. Não tem lógica isso, não faz muito sentido. Outro exemplo é a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal. Se unificar você tem uma polícia federalizada. Eu também sou a favor da federalização da polícia. Outro assunto polêmico, mas que precisa ir à mesa de **discussões**. A partir do momento que

é um órgão federal, aumenta a autonomia para agir dentro de Estados e municípios, você não tem vínculo com aquele Estado ou aquele município ou com as pessoas dali. Então a sua imparcialidade aumenta mais, você se sente menos “amarrado” a algumas autoridades, por isso sou a favor da federalização das polícias brasileiras.

Na Itália é assim, porém suas dimensões são pequenas em relação ao Brasil que tem dimensões imensas. Corre-se o risco de, por exemplo, São Paulo reduzir o quantitativo de policiais destacados por motivos diversos, pode enfraquecer a segurança pública naquele Estado, esse é um dos problemas. Mas daí vem a solução da autonomia administrativa, orçamentária e financeira das polícias que é vital e fundamental. Costumo dizer que Mato Grosso é um Estado pobre, não somos rico não. Falo pobre referenciando com outros estados como São Paulo, Rio, Minas, Pernambuco, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Qual é o produto de Mato Grosso? Agronegócio, em especial plantio de grãos. Plantio de soja, algodão, que são destinados à exportação. E quanto fica de ICMS aqui? Ou de imposto para exportação? Zero, porque o imposto é zero. Então, o dinheiro está no bolso de quem da população? Somente no bolso de alguns produtores agrícolas. A distribuição de renda em Mato Grosso é muito ruim. Tem muito dinheiro nas mãos de poucos, e pouquíssimo dinheiro nas mãos de muitos. Essa distribuição de renda é um fator de segurança pública sim, um problema de segurança pública aqui. Eu nunca esqueço de uma reportagem que vi na TV, quando o pronto socorro de Cuiabá estava em reforma, tudo estava sendo desencadeado para o pronto socorro de Várzea Grande, lembram disso? Tinha pessoas tomando medicação deitadas no chão, tomando soro deitadas do lado do lixo do hospital. Qual o sentimento que esse cidadão sai de lá? Ele sai com sentimento de revolta, abandono, com sentimento de violência. E esse pode ser o nascedouro de atos de violência com esse sentimento de abandono da saúde pública e inerente, questão da educação, a questão dos serviços básicos, olha quanta coisa está envolvida em segurança pública. Entendo que as políticas de segurança pública, ameniza tudo isso e tentar trazer esse benefício é papel do Estado. Ter essa visão e ação contínua. Lembro quando o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso destinou naquela época certa cifra em milhões para iluminação pública. Houveram muitas críticas pela sociedade e também pelo

segmento segurança pública que não enxergavam ser um investimento eficiente e eficaz. Foi uma bela atitude e brilhante tacada.

As políticas de segurança pública voltadas à Secretaria de Segurança Pública, amenizam, colaboram e ajudam nesse propósito. E isso a SESP tem mostrado que é capaz, questão da implantação da RISP, na questão de gestão, bem como as AISP, as operações integradas.

Veja nossas ações previstas e desenvolvidas nesse ano de 2014, Carnaval, Eleições e Copa do Mundo da FIFA. Saímos muito bem em todos e no evento FIFA tivemos a nota 9.8 de segurança pública, a mais alta do Brasil. Temos que aplaudir nossa ação, isso é maravilhoso. Mas não é o bastante precisamos melhorar a cada dia.

RHM: Um dos problemas que assolam as ações de segurança pública é o fator reincidência criminal, como o senhor analisa isso?

O governo tem outros setores, mas que não dialogam e não apresentam uma proposta eficaz que solucione isso, tudo cai nas costas da segurança pública e consequentemente nas costas da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Bombeiro Militar e da Politec, que integram a SESP. Olha só para isso, olha só, a Polícia Civil, eu falei pra vocês na primeira pergunta as ações da Polícia Civil, tem um **Programa De Cara Limpa Contra As Drogas**. Temos os projetos: **De bem com a vida; Rede digital pela PAZ**; a Polícia Militar tem o PROERD, Rede Cidadã, e as inúmeras ações disseminadas nas Bases Comunitárias. Isso demonstra que temos a consciência da nossa responsabilidade social perante isso. Temos o amadurecimento que não adianta combater só o efeito, temos que atuar nas causas. Mas sabemos que também é cultural. Cadê os projetos que a Secretaria de Educação faz para a segurança pública da população? Qual é o projeto que a Secretaria de Saúde faz para segurança pública? Já houve o chamamento das Secretárias de Educação, de Saúde, de Esporte e Lazer ao Secretário de Segurança Pública para discutir políticas de segurança pública à população? Só procuram quando se sentem ameaçados ou amedrontados por algo que ocorreu. Eu tenho 28 anos de polícia civil e sempre o que eu vi e vejo é o Secretário de Segurança Pública ir atrás das outras Secretarias pra celebrar acordos ou termos de cooperação para melhorar a vida da população. E ao final quase que

sempre o serviço árduo desde o planejar, manter e executar fica para os profissionais de segurança pública, grande parte desse fardo aos policiais militares e o correspondente aos policiais civis.

Veja como tudo recai nas nossas costas, das polícias militar e civil. Tudo o que acontece de errado na sociedade é depositado na conta dessas instituições. Falta dinheiro pra saúde, educação, esporte e lazer, há má distribuição de rendas, o povo rouba, e a justificativa é que a Polícia Militar não faz policiamento ali e não impediu que aquilo ocorresse e que a Polícia Civil não manteve preso o infrator ou não investigou direito. Faltam recursos para a saúde porque o dinheiro foi desviado, o cidadão é mal atendido e se irrita com isso, daí dizem que é porque a polícia deveria estar dentro do hospital para evitar isso. Isso nunca coube às polícias, isso não é função nossa. Temos que ter uma máquina sincronizada. Precisamos entender que, hoje no Brasil, se a Polícia Militar estiver mal, a Polícia Civil também estará mal, e vai refletir em todos. Se a saúde tiver mal, isso irá refletir em nós. Se o Poder Judiciário tiver mal, idem. Aí chegamos no sistema prisional, que se estiver mal vai sobrar para as polícias, na forma de pessoas não-ressocializadas e aptas a delinquir novamente, tornando-as reincidentes. Precisamos iniciar a discussão sobre o caráter da pena no Brasil. Temos o caráter de ressocialização do preso, e isso está dando certo? Primeiro não temos estrutura pra isso, nosso sistema penitenciário está de certa forma quebrado, falido. Os nossos presídios não detêm condições físicas pra fazer isso. Aliás, muitas vezes eu me questiono se saberíamos, como fazer funcionar a metodologia da ressocialização.

RHM: Como ressocializar alguém isolando-o da sociedade? É um paradoxo interessante que busca-se por em prática, será que chegar-se-á a esse resultado?

Então vamos mudar minha ideia, eu só vou falar de ressocialização do preso quando ele estiver no regime semiaberto, porque aí ele vai trabalhar de dia e dormir na unidade prisional à noite. Se ele tiver no regime fechado, eu não posso ter o caráter da pena como ressocialização, eu tenho que ter o caráter de castigo, ele está lá para cumprir castigo, ele está cumprindo uma pena porque ele errou. E só!

E o grande exemplo que eu dou é esse aqui, você é pai, seu filho errou. Cometeu algo errado na sua casa ou você sempre falou pra ele não beber de repente ele chegou lá cheirando a whisky e bêbado. O que você faz? Põe ele de castigo trancando num quarto, privando de alguns direitos? Ou o que você faz na sua casa pra repreende-lo e ensiná-lo a não fazer mais isso. É aí que quero chegar, você não vai falar que eu tenho que ressocializar o meu filho. Você limita o uso do celular, limita as saídas de casa, mas não o exclui do convívio familiar.

Regime fechado, eu entendo como castigo, você está de castigo, então a partir do momento que temos isso na minha mente, a minha postura é uma perante aquela pessoa. Nem todos devem ter esse tratamento. Assim se chega à ressocialização? Vimos que não está dando certo, não está funcionando. A criminalidade se tornou mais violenta e a reincidência é algo que perturba e preocupa. A sociedade deveria se manifestar sobre isso.

RHM: Que conselho o senhor daria para quem pretende ingressar na carreira na Polícia Judiciária Civil do Estado de Mato Grosso?

Agora não querendo desmerecer nem uma outra carreira, nem uma outra categoria profissional, mas a carreira policial é uma das carreiras mais linda, apaixonante e gratificante que o ser humano pode ter, ela é linda demais. A polícia civil tem suas carreiras, principalmente a questão da investigação, uma coisa apaixonante.

Então, aqueles que vão entrar nos quadros da Polícia Civil, eu aconselharia pra eles que sejam profissionais, entendam que ser um policial civil é um sacerdócio, é um compromisso que você assume com a sociedade como um todo. O que nós queremos, desejamos são policiais abnegados, que têm a consciência de responsabilidade social, que entendam que a função policial é nobre, é digna de respeito, para que eles não desvalorizem essa função que é tão importante e tão ímpar à sociedade.

Esse compromisso com a sociedade que eu acredito que é o mais importante. É o conselho mais salutar que acredito que poderia dar a quem está entrando, essa conscientização a quem está entrando.